CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Criminalization of poverty and Human Rights Defenders

Valdênia Brito Monteiro

Doutoranda pela Universidade de Buenos Aires – UBA, Mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; professora da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) e Universidade Salgado de Oliveira (Universo); coordenadora do Curso de Especialização em Direitos Humanos da Unicap.

E-mail: valdeniabrito@yahoo.com.br

Informações do artigo

Recebido em: 19/03/2017

Aceito em: 16/06/2017

Resumo

Este artigo problematiza algumas questões referentes ao processo de criminalização da pobreza e dos defensores de direitos humanos. A criminalização é uma ação individual ou coletiva que configura um crime. É resultado de processos de definição e seleção que escolhem determinados indivíduos aos quais se atribui status de criminoso. No caso dos defensores de direitos humanos, o processo de criminalização consiste em retirar o aspecto político de determinada luta social, ao individualizar a responsabilidade e desqualificar práticas de determinados indivíduos ou grupos sociais, de modo a promover a sua difamação pública.

Palavras-chave: Criminalização da pobreza. Defensores de Direitos Humanos. Seletividade.

Introdução

A instalação da lógica neoliberal trouxe modificações nas relações do trabalho, provocando desemprego estrutural e acirramento das desigualdades sociais. Essa lógica, cada vez mais, eleva o *apartheid* entre ricos e pobres, e o processo de criminalização é um dos aspectos da política de controle social para conter uma quantidade de pessoas excluídas do direito de viver com dignidade. Expressa Wacquant (2004, p. 4):

[...] a penalidade neoliberal é ainda mais sedutora e mais funesta quando aplicada em países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades de condições e de oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século.

O Brasil está entre os dez países do mundo com o maior Produto Interno Bruto (PIB), entretanto é o décimo país com o maior índice de desigualdade social (saúde, educação, segurança etc.) e econômica (má distribuição de renda do mundo), e o quarto país mais desigual da América Latina, segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano RDH, elaborado pelas Nações Unidas (2017).

A desigualdade social é uma das consequências da má distribuição de renda, o que se expressa pela pobreza, miséria, desemprego, violência, entre outras. Destaca-se ainda que a

desigualdade também se caracteriza pela questão racial (negro, branco, amarelo, pardo) e de gênero, desigualdade entre os sexos (homens e mulheres).

O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010) aponta o Brasil como o terceiro pior índice de desigualdade no mundo. Quanto à distância entre pobres e ricos, nosso país empata com o Equador, ficando atrás da Bolívia, Haiti, Madagascar, Camarões, Tailândia e África do Sul.

Em outro índice, ele é o 11º país com maior taxa de homicídios do mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde - OMS (2016) - que alerta para a epidemia dos homicídios. Avalia-se que 475 mil pessoas sejam assassinadas por ano. Desse total, 80% são homens. A taxa no Brasil é de 32,4 homicídios para cada 100 mil pessoas, aproximando-se da África do Sul, com 35,7; e Colômbia, com 43,9. Na liderança do ranking está Honduras, com 103,9 homicídios para cada 100 mil pessoas, seguida da Venezuela, com 57,6.

Apesar de a população pobre não ser responsável pelas desigualdades sociais e pelos seus efeitos, é para essas pessoas que a manutenção da ordem está destinada. Estabelece-se uma relação entre “pobreza” e “classes perigosas”, distinguindo-as do resto da sociedade e rotulando como mera fonte de delito, e “insegurança”, “delito” e “pobreza”, e se constrói um imaginário social de evidência do medo do outro. Como consequência das políticas de exclusão social e de precarização de todos os planos da vida, produzem-se novos fenômenos nas relações sociais. O medo “do outro” é um dos dados “organizadores” dessas relações de desigualdade, desconfiança e diluição das solidariedades (LONGO; KOROL, 2008, p. 47).

Perseguir pobres e defensores de direitos humanos – atores sociais/líderes/ativistas de movimentos sociais–, “etiquetando-os” como marginais, subversivos e contra a ordem estabelecida, é a maneira encontrada de tentar neutralizá-los ou impedi-los de atuar em defesa dos ideais em que acreditam.

Nesse contexto, a mídia tem sido grande parceira do sistema, pois sua tese é desqualificar pessoas comprometidas com os direitos humanos e reforçar o imaginário social de que a pobreza tem relação com o território de crime. “[...] Os mais pobres têm sido alvo de ações muito repressivas e de extrema visibilidade midiática, quando cometem algum tipo de violência, em detrimento das situações das quais são vítimas, pois tais contextos, de forma geral, são naturalizados e banalizados” (BARROS; MOREIRA; DUARTE, 2008, p. 141).

A partir dos meios de comunicação e de vozes oficiais do poder, se produz uma forte desqualificação do protesto social, o que promove sua ilegitimidade social. O resultado é outro mecanismo fundamental, a mudança das figuras penais empregadas nos processos dos militantes, utilizada pelo sistema judicial para evitar as libertações. Assim, o castigo se produz já no próprio processo. O trânsito pelas torturas nas delegacias e nas cadeias faz parte do dispositivo de criminalização da manifestação política e se tornou uma enorme pressão sobre as organizações sociais (KOROL, 2008, p. 12).

Os meios de comunicação, considerados conservadores, apresentam uma retórica de justificação para a população de que os defensores/ativistas não têm nenhuma preocupação com o cidadão comum, no que diz respeito aos seus direitos violados e que muitos incitam à desordem. O discurso comum e estigmatizante, principalmente o apresentado pela mídia, é de insinuar que os ativistas têm motivações políticas, criando um imaginário negativo desses atores sociais para a população. A influência dá-se na desqualificação, ou ainda, na "satanização" de suas ações, responsabilizando-os pela intransigência, intolerância e violência. Em outros termos, como uma ameaça à ordem social e, muitas vezes, como um problema de segurança nacional.

Não se pode esquecer de que eles são veículos de transmissão de ideologia da classe dominante. É uma das responsáveis por fomentar a campanha de "lei e ordem", que tem como concepção a necessidade de mais pena, mais punição, como forma de controle da criminalidade. A atividade é realizada a partir do maniqueísmo, pela construção de estereótipo do "criminoso". Como consequência imediata, a população sente-se insegura e com medo e exige reformas penais mais severas, como mais polícia e mais repressão. Por sua vez, pensar em controle social a partir de mais leis penais torna-se mais barato para o Estado do que realizar políticas públicas preventivas.

Nesse sentido, a mídia torna-se um espaço ideal para a propagação do medo social, ou seja, a partir do discurso criminalizador, vai construindo "verdades" para a população sobre a violência, a criminalidade, os defensores de direitos, entre outras.

A estigmatização de pessoas, grupos, comportamentos e situações ao lado da consequente criminalização dos mesmos opera-se de forma privilegiada com o "auxílio" da mídia, que embora desenvolva uma função importante para a efetivação da democracia, frequentemente se coloca no papel de fomentadora de uma criminalidade que não raras vezes é por ela mesma incitada e forçada à normatização (FOSCARINI, 2011).

Cervini (1994, p. 54), analisando as legislações brasileira, argentina e uruguaia, expõe: “quase a totalidade de normas ultimamente promulgadas, ou em vias de, que criminalizam novas condutas ou incrementam penas, foram ou são sistematicamente precedidas e acompanhadas de intensas campanhas dos *mass media*”. Batista (2009, p. 23), por sua vez, expressa que a mídia cumpre um papel central na criação de consensos, os quais permitem a criminalização dos defensores de direitos humanos e dos movimentos sociais. Já Silveira (2010, p. 34) afirma que a influência da mídia sobre a produção legislativa penal é interpretada de forma ainda mais negativa – tornamos a dizê-lo –, quando a lei parece ter sido encomendada para responder a um caso concreto ou a uma sequência de matérias jornalísticas.

Impedir as lutas por reconhecimento de direitos é querer erradicar a dimensão política dos defensores de direitos humanos. E o etiquetamento dá-se, justamente, imputando uma conduta criminosa.

A Visibilidade da Criminalização

O termo criminalização é eminentemente normativo e do âmbito do Direito Penal. Cabe ao Estado o ato de criminalizar, seja quando o Legislativo cria as leis repressivas, seja pela ação punitiva exercida sobre pessoas concretas, realizada por outros atores do sistema penal (atuação da Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário etc.). O vocábulo será usado de forma mais abrangente, para demonstrar como se dá o processo de seleção a partir de forças paraestatais e pela grande mídia, quando executam a “operacionalidade estigmatizante do sistema, isto é, quando rotula, etiqueta algumas pessoas” (ZAFFARONI, 2003). Para a Criminologia Crítica, é a chamada seletividade real. Os atores do sistema penal têm um grau de discricionariedade e operam a partir de crenças de visões de mundo, estabelecendo, assim, padrões de atuações. O processo de criminalização dá-se:

Por um conjunto de atos e omissões que resultam na imputação indevida de crimes ou condutas ilegais a defensores (as) de direitos humanos e/ou às suas organizações. Isso ocorre através de procedimentos administrativos, judiciais ou policiais, em função das atividades de defesa e promoção de direitos humanos que estes defensores e movimentos desenvolvem. Essa criminalização é praticada pelas instituições que compõem os Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, e é fomentada pelos grandes meios de comunicação (PROCESSO..., 2011, p. 7).

O fato é que a criminalização é um processo desigual e é verificável a partir das pessoas criminalizadas. Zaffaroni (2006, p. 133) expressa que o processo de criminalização na América Latina se orienta pelo condicionamento, pela estigmatização e pela morte.

Para Castro (1981), o sistema de classes influi nos processos de criminalização. Três são as vias habituais para fazê-lo:

1. Criminalizam-se condutas que pertencem, preferentemente, à maneira e às condutas de vida dos setores marginais;
2. Criminalizam-se indivíduos, preferentemente, pertencentes a estes setores, assim como os que pertencem a grupos subculturais desprovidos de poder quando a polícia dirige sua atenção e seus recursos, precisamente, para esses indivíduos;
3. Outra forma de criminalização ocorre através do tipo de tratamento ou de sanção selecionada (CASTRO, 1981, p. 12).

As estatísticas mostram que há um tratamento diferenciado para ricos e pobres quanto à criminalização. Os grupos mais vulneráveis, tendo em vista sua condição de classe, gênero, raça, geração, etnia, são frequentemente vítimas da violência estrutural. São excluídos dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, como também são identificados como “supostos” criminosos. De acordo com Nilo Batista (2009), enfocando o modelo neoliberal:

[...] o foco do controle social penal se desloca das chamadas classes perigosas para os excluídos, para essa legião de pessoas humanas que se defrontaram com as grades intransponíveis que a racionalidade do mercado construiu ao redor do alegre condomínio no qual residem as novas acumulações de riqueza[...] minar os campos por onde se movimentam os excluídos, para que a cada passo mais afoito explodam-lhes um delito aos pés[...] (2009, p. 3).

Há um estereótipo de que moradores da favela são responsáveis pela violência desenfreada, o que tem justificado, cada vez mais, uma política de segurança violadora de direitos fundamentais. Ser morador de favela sofre dupla vitimização: vítima do sistema de segurança e de organizações criminosas que controlam os bairros pobres, em razão da ausência de políticas públicas.

La violencia estructural es aquella que en la que se manifiesta tanto la desigualdad como la represión. Es, además, una violencia legalizada que se corresponde con las injusticias estructurales: económicas, sociales, por discriminación sexual y racial, de desigualdad de oportunidades, de

arginación, de hambre y de pobreza, y de violación a derechos humanos. Es estructural porque al reproducir las estructuras sociales injustas y sus conflictos, reproduce la desigualdade del orden social institucional y legal existente (JOLY, 2010, p. 11)¹.

Zaffaroni (2007. p. 77) expõe que “os políticos - presos na essência competitiva de sua atividade - deixam de buscar o melhor para preocupar-se apenas com o que pode ser transmitido de melhor e aumentar sua clientela eleitoral”. Pode-se afirmar que o populismo penal dá mais voto que um discurso comprometido sobre o real sentido de controle de criminalidade, tendo como base os direitos humanos.

Por sua vez, o Poder Judiciário, como parte do sistema punitivo, não fica ileso desse contexto de criminalização. Ele não é neutro nas suas decisões. Muitos juízes acreditam no eficientismo penal. Nesse sentido, maior criminalização para setores vulneráveis e atores sociais que lutam por direitos. Zaffaroni (2006), falando sobre o papel dos juízes de limitar o poder punitivo, explicita que, no curso da História, muitas vezes, o Judiciário traiu sua função. À medida que os juízes se tornam menos juízes, a sociedade é levada a suportar um estado policial em que não há juízes, mas policiais fantasiados de juízes.

Quem são os Defensores de Direitos Humanos?

Durante as comemorações dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1998, as Nações Unidas reconheceram, enfaticamente, que era necessário proteger aqueles que se tornam o suporte fundamental para a efetivação desses direitos: os Defensores dos Direitos Humanos. Por isso, em 9 de dezembro de 1998, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 53/144 como a Declaração dos Direitos e Responsabilidades dos Indivíduos, Grupos e Órgãos da Sociedade para Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Individuais Universalmente Reconhecidos.

Os Defensores dos Direitos Humanos são pessoas que se dedicam à árdua tarefa de lutar, incansavelmente, pela ética, democracia, valores humanitários, justiça social, observando e clamando pelos compromissos firmados, internacionalmente, em Direitos Humanos. Em outras palavras, os defensores são homens e mulheres que, individual ou

¹ “A violência estrutural é aquela em que se manifesta a desigualdade e a repressão. É, também, uma violência legalizada que se corresponde com as injustiças estruturais: econômicas, sociais, por discriminação sexual e racial, desigualdade de oportunidades, de marginalização, de fome e pobreza, e de violação aos direitos humanos. É estrutural porque ao reproduzir as estruturas sociais injustas e seus conflitos, reproduz a desigualdade de ordem social institucional e legal existente.” (Tradução livre).

coletivamente, atuam na luta pela igualdade em matéria de gênero, de raça e da orientação sexual, pela proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais entre outros.

Os defensores, aqui denominados ativistas sociais, são atores, participantes ou não de movimentos ou organizações não governamentais, que se definem em função de suas ações de defesa e proteção dos direitos humanos. Assim, a natureza jurídica do trabalho é de caráter humanitário e político. Este papel político é o de monitorar o Estado, exigindo o cumprimento dos direitos fundamentais. O defensor se torna um guardião e denunciante crítico de práticas políticas oficiais em matéria de direitos humanos.

No caso da criminalização aos defensores de direitos humanos, pressupõe-se o combate ao ideário organizativo: as lutas para reduzir a pobreza, a proteção e a defesa de grupos vulneráveis. Enfim, a luta pela emancipação social. Por isso, a pena aplicada a um defensor é a forma de acabar com a dimensão política da atividade exercida.

[...] o esforço para limitar a ação desses movimentos e agentes, e reprimi-los, não se pode dissociar do conteúdo mesmo de suas reivindicações, tendo seus adversários gerado um esforço em diversos âmbitos, em particular acadêmico e de mídia, no sentido de descaracterizar, ridicularizar e estigmatizar suas teses, demandas e práticas (FON FILHO, 2008, p. 90).

Os processos de criminalização da pobreza, em geral, são diferentes, instalam-se em meio ao caos do desordenamento urbano, da miséria e degradação humana, ou sobre os atos espontâneos de revolta e reivindicação das camadas mais pobres (ADISSI, 2011, p.51).

Para Leão (2008), são três grandes tipos de violações colocadas em prática de forma disseminada contra defensores e movimentos sociais: a vitimização, a difamação e a criminalização. A vitimização envolve violências praticadas contra essas pessoas, caracterizadas, principalmente, por homicídios e ameaças. A difamação consiste em ações e campanhas dirigidas contra a imagem e reputação dessas lideranças, na tentativa de minar a credibilidade. A criminalização atribui, indevidamente, condutas ilícitas e promove procedimentos visando a atingir a imagem, liberdade e atuação dessas pessoas e organizações.

A criação do imaginário negativo passa pela desqualificação das ações dos defensores, responsabilizando-os pela intransigência, intolerância e violência. A criminalização das suas atividades é, portanto, um obstáculo ao livre exercício dos direitos humanos, em virtude da natureza dos danos que vêm com o início de um processo penal

contra os referidos ativistas, com o fim de etiquetá-los, publicamente, como “inimigos do Estado” ou subversivos da ordem. No caso Latino-americano e Caribe, os defensores têm sido assassinados, desaparecidos, torturados, ameaçados, tendo em vista o trabalho em prol da justiça e dos direitos humanos.

Para Fillipo (2011), a criminalização dos ativistas dos movimentos sociais envolve, em geral, dois aspectos centrais: a) a criminalização do protesto e da vida cotidiana da periferia; b) a associação da luta organizada como ameaça à sociedade e ao *status quo*, e não mais como direito.

A criminalização se inicia quando se desqualifica as ações com falsas acusações aos defensores e, ao mesmo tempo, passa para a sociedade pela qual eles são responsáveis quanto à violência e desordem social. A intimidação é uma das formas de desqualificação.

Na história brasileira, a pobreza sempre foi criminalizada pela elite - o chamado medo branco-, como também pelas suas formas de organização política. A criminalização da pobreza é também uma criminalização de classe. Para Malaguti Batista (2005), as classes dominantes sempre se utilizaram do medo como estratégia para acabar com as forças populares. “O tipo de ordenamento introduzido pela escravidão em nossa formação socioeconômica não foi abalado nem pelo fim da escravidão, nem pela República, nem na ‘transição democrática’, com o fim da ditadura militar implantada após o golpe de 1964” (MALAGUTI BATISTA 2005, p.369).

Neste sentido, ao longo de todo o processo de desenvolvimento das relações capitalistas no país, as organizações da sociedade civil se mostraram como grandes ameaças à ordem estabelecida e foram consideradas perigosas, do ponto de vista do Estado, para todo o resto da população. É pautado por esse pensamento que o Estado brasileiro construirá meios cada vez mais determinados de coibir, ignorar, cooptar, reprimir e controlar as formas de organização da sociedade civil e suas formas de reivindicação, protesto e manifestação, desde a mais débil à mais bem estruturada das organizações, das mais pontuais às mais articuladas das manifestações (BRUZIGUESSI; BEZERRA, 2010, p. 51).

A criminalização da pobreza e de defensores compromete o Estado Democrático de Direito, pois o Direito Penal deve levar em consideração a conduta ilícita praticada por qualquer agente e não quem é o autor do fato. O Direito Penal do inimigo reforça quem é o autor da conduta, denominado Estado Penal (submetidos ao arbítrio de quem manda), sempre em busca do inimigo, que é visto como pessoa inferior e que não deve garantir

direitos fundamentais. A figura do “inimigo” reforça a periculosidade iminente e a concepção de que se deve “realizar uma guerra” preventiva.

Assim, a criminalização da pobreza e dos defensores de direitos humanos, a partir de um giro cada vez autoritário e do eficientismo penal, leva à debilidade dos mesmos direitos, das garantias democráticas e do empobrecimento da política e, conseqüentemente, da construção democrática de espaços de participação.

É importante observar o deslocamento da criminalização feita aos defensores de direitos humanos. No período da ditadura militar (1964-1985), eles foram tachados de subversivos, “suspeitos ou inimigos do país”, e a forma como os representantes do Estado realizavam o trabalho sujo era torturando-os ou matando-os.

[...] qualquer forma de contestação, até mesmo a que pretende promover mudanças positivas, é vista com suspeição pelo Estado. Desta forma, assim como a pobreza é criminalizada, com implicações graves no que diz respeito à violência contra pobres, assim também é a luta travada pelos defensores dos direitos humanos [...]. Seja por atos ou omissões, a polícia, os guardas e até mesmo o sistema judiciário estão implicados na violência contra defensores de direitos humanos (OMCT, 2009, p. 60-61).

Como diz Chauí (1982), a democracia não se resume aos pleitos eleitorais e partidos políticos, também se estende ao exercício da participação e mobilização social. Nesse sentido, torna-se importante, para a efetiva democracia e respeito aos direitos humanos que as organizações sociais que limitam o Poder do Estado, um contrapoder na luta por reconhecimento de direitos.

En este contexto, las organizaciones de DDHH templadas en la lucha por la justicia y la verdad, tienen una nueva tarea, cual es la promoción efectiva de derechos en los sectores vulnerables. [...] Si el Estado no avanza en esa dirección no hay que sentarse a esperar o indignarse cada vez ante cada una de las situaciones problemáticas protagonizadas por la agencia policial. A las organizaciones de DDHH, conjuntamente con las organizaciones sociales (de trabajadores, desocupados y campesinos) les toca desarrollar estrategias que – primero – permitan visualizar estas prácticas, para luego ponerlas en crisis, es decir, empezarlas a discutir en distintos lugares, sea en los foros públicos, en los despachos de los funcionarios, o en los tribunales internacionales o locales. (RODRÍGUEZ, 2007, p. 4)²

² “Nesse contexto, as organizações de DDHH empenhadas na luta pela justiça e pela verdade têm uma nova tarefa, que é a promoção efetiva de direitos nos setores vulneráveis. [...] Se o Estado não avança nessa direção, não tem de sentar-se a esperar ou indignar-se cada vez diante de cada uma das situações problemáticas encenadas pela polícia. Às organizações de DDHH e às organizações sociais (de trabalhadores, desempregados e camponeses) cabe, em conjunto, desenvolver estratégias que – primeiro – permitam

Quanto às pessoas de classe média e alta (que representam certa hegemonia social) correm menos risco de serem punidas; há certa imunização. Esse grupo que comete crimes de “colarinho branco” estaria no *ranking* da “cifra dourada”, que concerne à criminalidade definida como “abuso de poder” (econômico e político), que, raramente, aparece nas estatísticas criminais e, quando identificados, não são solucionados.

Quando se fala no encarceramento de pessoas comuns, de acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça, constam do último relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) que a população penitenciária brasileira chegou a 622.202 pessoas, em dezembro de 2014. O perfil socioeconômico dos detentos mostra que 55% têm entre 18 e 29 anos, 61,6% são negros e 75,08% têm até o ensino fundamental completo. Destaca-se que o Brasil conta com a quarta maior população penitenciária do mundo, atrás apenas de Estados Unidos (2.217.000), China (1.657.812) e Rússia (644.237). Entre os detentos brasileiros, 40% são provisórios, ou seja, não tiveram condenação em primeiro grau de jurisdição.

Esses dados mostram, claramente, a política de encarceramento. Wacquant (2004), ao expor sobre a insegurança criminal no Brasil, chama atenção para o uso rotineiro da violência letal pela polícia militar, o recurso habitual da tortura por parte da polícia civil, as execuções sumárias e os ‘desaparecimentos’ explicados; tudo isso gera um clima de terror entre as classes populares, que são seu alvo, e banalizam a brutalidade no seio do Estado. No caso dos defensores não é diferente:

[...] la falta de reconocimiento y protección a los defensores de derechos humanos, la descalificación de las reivindicaciones de organizaciones y movimientos, el empleo faccioso del sistema de justicia, la creación de tipos penales para actuar contra quienes protestan o demandan al Estado el cumplimiento de sus obligaciones, la sospecha constante sobre las actividades realizadas por personas y colectivos, el desinterés para investigar los delitos cometidos contra defensoras y defensores y la ineficiencia en el otorgamiento de medidas de protección a quienes son amenazados (JOLY, 2010, p. 5)³.

visualizar essas práticas, e em seguida discutir em diversos locais, seja em fóruns públicos, escritório dos funcionários, seja nos tribunais internacionais ou locais.” (Tradução livre).

³ “[...] a falta de reconhecimento e proteção aos defensores de direitos humanos, a desqualificação das reivindicações de organizações e movimentos, o emprego faccioso do sistema de justiça, a criação de tipos penais para atuar contra os que protestam ou exigem do Estado o cumprimento de suas obrigações, a suspeita constante sobre as atividades realizadas por pessoas ou grupos, o desinteresse em investigar os crimes cometidos contra defensoras e defensores, e a ineficiência em outorgar medidas de proteção àqueles que estão ameaçados.” (Tradução livre).

Destaca-se, também, a criminalização dos defensores de direitos humanos que estão na linha de frente das lutas contra a desigualdade, na proteção ao meio ambiente e defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais, contra os crimes de lesa humanidade, na consolidação do estado democrático e na busca da construção de uma cultura de direitos humanos.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, no ano de 2015, foram 50 mortes, 144 pessoas ameaçadas e 59 tentativas de homicídio, em conflitos por terra no Brasil. Os Estados de Rondônia, Pará e Maranhão concentram 90% desses casos. De 2010 a 2015 ocorreram 219 mortes e 300 tentativas de homicídio em razão de conflito agrário no país (BRASIL..., 2016).

Em 2015, 45% dos assassinatos de defensores e defensoras no mundo e 41% na América Latina estavam relacionados com a defesa do meio ambiente, territórios e direitos de povos indígenas. Aponta, também, processos sistemáticos de perseguição judicial, ataques físicos, ameaças, intimidações e campanhas de difamação particularmente no Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai e Peru (RELATÓRIO..., 2016).

A criminalização, dá-se de diversas formas, entre elas: a) repressão ao direito à manifestação social; b) através de tipos penais de luta contra o terrorismo e outras leis relativas à segurança nacional; c) sujeição a processos penais distorcidos, denúncias e acusações falsas, baseadas em tipos penais graves; d) prisões ilegais e arbitrárias; e) prisão preventiva, entre outros.

Quanto às mulheres defensoras de direitos humanos na América Latina, vale salientar que enfrentam riscos e agressões específicas, já que, em suas ações, desafiam toda uma cultura patriarcal. Isso faz com que sejam vítimas de hostilidade, repressão e violência com mais frequência e intensidade (RELATÓRIO..., 2015).

Diante do exposto, percebe-se que o Direito Penal na sociedade contemporânea reproduz a realidade social existente e torna-se um instrumento de controle da pobreza e dos defensores de direitos. A violência institucional não é uma disfunção do sistema, mas, sim, representa uma política declarada de administrar os conflitos. É visível a seleção, o etiquetamento, nos estratos mais pobres da sociedade. A legitimação do Direito Penal brasileiro gravita ao redor da ideia de pena como uma forma drástica de intervir.

O escopo da hipertrofia do 'controle' da criminalidade por meio da utilização do Direito Penal, nesse contexto, tem por escopo justamente garantir a segurança daqueles que participam ativamente da sociedade de consumo, de forma a livrá-los da presença indesejável da pobreza que incomoda por

ser inconveniente aos desígnios do capital e que, por isso, precisa ser constantemente vigiada, controlada e, sempre que possível, punida. (CALLEGARI; WERMUTH, 2010, 85)

O Estado moderno, detentor do monopólio da força física, utilizou-se da matriz do Direito positivo (dogmática) para justificar sua intervenção punitiva, adotando elementos abstratos e o discurso da neutralidade. Coube ao Direito Penal definir o que deve ser tipificado, ou seja, as condutas que vão de encontro aos bens jurídicos mais relevantes e escolhidos como valores individuais e coletivos. Zaffaroni diz (2000, p. 57):

El método dogmático jurídico tenemos que conservarlo, sólo tenemos que usarlo bien. La dogmática es un instrumento, no es un objeto ni fin en sí mismo. La dogmática como un fin en sí mismo se pervierte si nosotros entendemos que el valor de verdad de un sistema está en su completividad lógica, en que cierre, en que sea perfectamente coherente. [...] El valor de verdad de una construcción dogmática depende de su función política. Si la función política del derecho penal es la reducción del poder punitivo, la contención del ejercicio del poder punitivo, la mejor construcción dogmática la que mejor sirva a estos objetivos.⁴

Nesse sentido, existe o mito do Direito Penal. Baratta (1999, p. 162) diz:

- a) o direito penal não defende todos e somente os bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos, e quanto pune as ofensas aos bens essenciais faz com intensidade desigual e de modo fragmentário;
- b) a lei penal não é igual para todos; o status de criminoso é distribuído de modo desigual entre os indivíduos; e
- c) o grau efetivo de tutela e distribuição do status de criminoso é independente da danosidade social das ações e da gravidade das infrações à lei, no sentido de que estas não constituem a variável principal da reação criminalizante e da sua intensidade.

Zaffaroni e Pierangeli expõem que a lei penal estabelecia tratamento diferenciado de censura de pessoas, dependendo do papel que elas ocupassem na estrutura social, notadamente, em virtude de poder do consumo:

⁴ "O método dogmático jurídico temos de conservá-lo, somente temos de usá-lo bem. A dogmática é um instrumento, não é um objeto nem um fim em si mesmo. A dogmática como um fim em si mesmo se perverte se nós entendemos que o valor da verdade de um sistema está em sua completude lógica, em que feche, em que seja perfeitamente coerente [...]. O valor de verdade de uma construção dogmática depende de sua função política. Se a função política do direito penal é a redução do poder punitivo, a contenção do exercício do poder punitivo, a melhor construção dogmática é a que melhor sirva a esses objetivos." (Tradução livre).

[...] reprovar com a mesma intensidade pessoas que ocupam situações de privilégio e outras que se encontram em situações de extrema pobreza é uma clara violação do princípio da igualdade corretamente entendido, que não significa tratar todos igualmente, mas tratar com isonomia quem se encontra em igual situação (2006, p. 421).

Na prática, o Direito Penal também exerce uma função simbólica, quando não oferece a segurança jurídica para todos, haja vista assentar-se a partir das desigualdades sociais. As agências escolhem quem criminalizar, e aí os mais pobres, os defensores de direitos humanos nas lutas sociais são mais criminalizados pelo sistema. Zaffaroni e Pierangeli (2006, p. 60) afirmam:

O certo é que toda sociedade apresenta uma estrutura de poder, com grupos que dominam e grupos que são dominados, com setores mais próximos ou mais afastados dos centros de decisão. De acordo com essa estrutura, se controla socialmente a conduta dos homens, controle que não só se exerce sobre os grupos mais distantes do centro do poder, como também sobre os grupos mais próximos a ele, aos quais se impõe controlar sua própria conduta para não se debilitar (mesmo na sociedade de castas, os membros das mais privilegiadas não podem casar-se com aqueles pertencentes a castas inferiores).

À Guisa de Conclusão

A forma de conter os excluídos e os que lutam por afirmação de direitos é com o recrudescimento de leis penais, mais violência policial e aprisionamento. Nesse sentido, o Estado busca políticas, a exemplo de Tolerância Zero, para conter os indivíduos indesejáveis, uma vez que não tem interesse em realizar políticas sociais e universalistas.

A criminalização é um dos aspectos políticos de controle social, como forma encontrada para neutralizar e desencorajar a arena política de reivindicação e afirmação por direitos.

Diante da criminalização, que atinge mais alguns indivíduos ou grupos sociais, no Estado Democrático de Direito é preciso o respeito aos direitos fundamentais, e a cuidadosa verificação da conduta criminosa.

Os defensores de direitos humanos exercem papel fundamental no fortalecimento da democracia e na ampliação dos direitos e garantias de pessoas, principalmente daquelas em estado de vulnerabilidade, buscando assim, melhorar as condições sociais, políticas e

culturais. Destaca-se que a natureza jurídica do trabalho é de caráter humanitário e político. Esse papel político é o de monitorar o Estado, exigindo o cumprimento dos direitos fundamentais. O defensor se torna um guardião e denunciante crítico de práticas políticas oficiais em matéria de direitos humanos.

Referências

ADISSI, Paula Oliveira. **Estado, mídia e criminalização do MST: um estudo a partir do caso de Pocinhos (PB)**. Mestrado, 2011. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2011%20mestrado%20UFMG%20Paula%20Adissi.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2017.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

BARROS, Nívia Valença; MOREIRA, Celeste Anunciata; DUARTE, Kelly Murat. Juventude e criminalização da pobreza. **Revista de Educação**, v. 3, n. 5, jan./jun. 2008.

BATISTA, Nilo. **Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. 2009**. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 13. abr. 2017.

BATISTA, Vera Malaguti. JUSTIÇA GLOBAL- **Relatório de defensores de direitos humanos**. Rio de Janeiro, 2010. Entrevista concedida a equipe de pesquisa do relatório em 10 de dezembro de 2009.

BRASIL tem número alarmante de defensores de direitos humanos mortos em 2016. Defensores de Direitos Humanos. **Justiça Global**. Rio de Janeiro, 9 mar. 2016. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/brasil-tem-numero-alarante-de-defensores-de-direitos-humanos-mortos-em-2016/>. Acesso em: abr. 2017.

BRUZIGUESSI, B.; Bezerra C. S. Coerção e consenso: os fundamentos da criminalização dos movimentos sociais no Brasil. In: **Libertas**. Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 42-73, jan.-jun. 2010. Disponível em: www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo03_12.pdf. Acesso em: 22. jun. 2017.

BULT, Kathrin; KOROL, Claudia (Org.). **Criminalização dos protestos e dos movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008. Disponível em: <http://www.rls.org.br/publicacoes/criminalizacao-dos-protestos-e-dos-movimentos-sociais/Criminalizacao%20dos%20Movimentos%20Sociais.pdf>/ view>. Acesso em: 8 abr. 2011.

CALLEGARI, André Luís; WERMUTH, Maiquel Angelo. **Sistema penal e política criminal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

CARVALHO, Mário Cesar; CHRISTOFOLETTI, Lilian. Brasil não pune lavagem de dinheiro, aponta entidade. **Folha de S. Paulo**, 15 fev. 2010.

CASTRO, Lola Aniyar de. Sistema penal e sistema social: a criminalização e a descriminalização como funções de um mesmo processo. **Revista de Direito Penal**. Rio de Janeiro, Forense, n. 29, p. 12, 1981.

CENTRO-AMERICANA DE DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório de Agressões contra Defensoras de Direitos Humanos na América Central 2012-2014**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/defensores_em_perigo-outubro_2016.pdf>. Acesso em: 07.jul.2017.

CERVINE, Raul. Incidencia de las "mass media" en la expansion del control penal en Latinoamérica. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, n. 5, ano 2, p. 37-54, jan./mar. 1994.

_____. **Processo de descriminalização**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1982.

FILIPPO, Francisco Carneiro. Aspectos da criminalização da luta social no Brasil. **Le monde diplomatique Brasil**. Out,2011.

FON FILHO, Aton. Brasil: criminalização dos movimentos sociais: democracia e repressão dos direitos humanos. In: BULT, Kathrin; KOROL, Claudia (Org.). **Criminalização dos protestos e dos movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008. p. 79-109. Disponível em: <<http://www.rls.org.br/publicacoes/criminalizacao-dos-protestos-e-dos-movimentos-sociais/Criminalizacao%20dos%20Movimentos%20Sociais.pdf>> view>. Acesso em: 8 abr. 2017.

FOSCARINI, L. T. **O discurso midiático nos meandros da criminalização**: contemporaneidade e movimentos sociais. Disponível em: <http://www.nepe.ufsc.br/controle/artigos/artigo89.pdf>>. Acesso em: 12 de jun. 2017.

FRADE, Laura. **Quem mandamos para prisão? Visões do Parlamento brasileiro sobre a criminalidade**. Brasília: Liber Livro editora, 2008.

FRONTLINE DEFENDERS. **Relatório Anual 2016**. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/es/resourcepublication/2016-annual-report>. Acesso em: 6 abr.2017

JINKINGS, Daniella. País investiu R\$ 1,2 bilhão no sistema penitenciário nos últimos oito anos. **Agência Brasil**, 27 dez. 2010. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-12-27/pais-investiu-r-12-bilhao-no-sistema-penitenciario-mas-populacao-carceraria-aumentou>. Acesso em: 10 abr. 2017.

JOLY, Emilie E. (Coord.). **Criminalización de los defensores de derechos humanos y de la protesta social en México**. Washington: La Fundación para el Debido Proceso Legal (DPLF), 2010. Disponível em: <<http://www.dplf.org/uploads/1279728364.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

KOROL, Claudia. Criminalização dos movimentos sociais na América Latina. **Classe: Revista de Política e Cultura da Aduff**, ano 1, n. 2, p. 10-13, out./nov.dez. 2008. Disponível em: <http://www.aduff.org.br/publicacoes/200812_classe.pdf>. Acesso em 8 abr. 2017.

LEÃO, Marco Polo. Criminalização dos movimentos e lutas sociais no Brasil. **Direitos humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas / Movimento Nacional de Direitos Humanos**. et. al. Passo Fundo : IFIBE, 2012.

LONGO, Roxana; KOROL, Claudia. Argentina: criminalização dos movimentos sociais na Argentina. In: BULT, Kathrin; KOROL, Claudia (Org.). **Criminalização dos protestos e dos movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008. p. 18-78. Disponível em:

<<http://www.rls.org.br/publicacoes/criminalizacao-dos-protestos-e-dos-movimentos-sociais/Criminalizacao%20dos%20Movimentos%20Sociais.pdf/view>>. Acesso em: 8 abr. 2011.

MALAGUTI BATISTA, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003a.

_____. Você tem medo de quê? **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. n. 53. p. 367-378

OMCT. **A criminalização da pobreza**: relatório sobre as causas econômicas, sociais e culturais da tortura e outras formas de violência no Brasil. Preparado por Justiça Global e MNMMR. **Relatório alternativo submetido à 42.ª Sessão do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas, maio de 2009**. Disponível em: <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:awXGFl7liXEJ:www.omct.org/files/2010/10/20938/adding_dressing_the_criminalisation_of_poverty_brazil_por.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World Health Statistics 2016**. http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2016/en/ Acesso em :21 jun.2017.

PAD-PROCESSO DE ARTICULAÇÃO E DIÁLOGO. **Dossiê: a repressão aos defensores de direitos humanos e movimentos sociais no Brasil**. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/54204541/Dossie-Sobre-Movimentos-Sociais>>. Acesso em: 07.jul,2017.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2010**: a verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. tradução de Strategic Agenda LLP. Ed. do 20.º aniversário. New York, 2010. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2011.

QUEIROZ, Camila. Dossiê denuncia repressão a movimentos sociais e ativistas de direitos humanos. **Adital**, 8 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.freccupa.net.br/2011/04/dossie-denuncia-repressao-movimentos.html>>

RODRÍGUEZ, Esteban. **Prácticas de Estado**: el derecho a la protesta, criminalización, violencia institucional y el nuevo desafío das las organizaciones de derechos humanos. 2007. Disponível em: <<http://www.ciaj.com.ar/images/pdf/El%20derecho%20a%20la%20protesta,%20criminalizacion,%20violencia%20institucional%20y%20el%20nuevo%20desafio%20de%20las%20organizaciones%20de%20derechos%20humanos.%20pdf.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2011.

SILVEIRA, Fam. **A grande mídia e a produção legislativa em matéria penal**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/191801/grandemidia.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 15 abr.2017.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME- **Relatório de Desenvolvimento Humano 2016**. Disponível em:< em <http://hdr.undp.org/en/2016-report>> Acesso em: 22 de jun. 2017.

WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. Digitalizada. **Coletivo Sabotagem**. Disponível em: <http://mijsgd.ds.iscte.pt/textos/Prisoas_da_Miseria_WACQUANT_Loic.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. El sistema penal y el discurso jurídico. In: **La justicia penal hoy**: de su crisis a la búsqueda de soluciones. Buenos Aires: Fabian J. Di Placido, 2000. p. 31-67.

_____. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. Tradução de Vânia Romano Pedros e Amir Lopes da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; NILO, Batista; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. **Direito penal brasileiro I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro: parte geral brasileiro: parte geral**. 6. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2006.

Abstract

This article presents some issues related to the process of criminalizing poverty and human rights defenders. Criminalization is an individual or collective action that constitutes a crime. It is consequence of definition and selection processes that elect certain individuals to whom criminal status are attributed. In the case of human rights defenders, the criminalization process consists in removing the political aspect of a particular social struggle, by individualizing responsibility and disqualifying certain individuals or social groups practices, in order to promote their public defamation.

Keywords: Criminalization of poverty. Human Rights Defenders. Selectivity.